



Paulo Amaral
Vice-Presidente da Direção

OS MILITARES E A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA

A sociedade Portuguesa está *entupida* de leis.

Muitas dessas leis servem apenas para manter ocupados alguns escritórios de advogados que circundam os partidos do “arco da governação”, ganhando com esses serviços rios de dinheiro, diretamente dos bolsos dos contribuintes.

Muitas dessas leis não se aplicam ou não trazem qualquer mais-valia para a sociedade, outrossim, entopem os tribunais quando um simples cidadão necessita recorrer à magistratura, pois sendo tão pouco legíveis e aplicáveis permitem deixar um emaranhado de entropias no sistema judicial.

A instituição castrense, como parte integrante da sociedade, não foge à regra e também ela sofre do mesmo mal.

O que tem sucedido nas Forças Armadas é que as leis têm saído em catadupa e muitas das vezes, à semelhança do que sucede na sociedade civil, sabe-se lá porquê e para quê!

Esta introdução serve para focalizar um assunto que a todos nós, militares diz respeito.

O facto de as nossas chefias legislarem sugerindo que quem terá que respeitar e cumprir essas leis são militares sem formação, no fundo, militares apenas preparados e formados para obedecer e cumprir sem questionar a iniquidade de algumas dessas leis.

No fundo é o que as nossas chefias pensam que nós, Praças, somos: uma classe obediente que não questiona, acéfala e nada mais que isso!

Como todos sabemos, os Militares juram defender a Constituição da República Portuguesa (CRP). É sobre ela que é feito este juramento. É as leis ratificadas na CRP que devemos guardar e fazer guardar, ou seja, cumpri-las e exigir que sejam cumpridas.

Mas, o que temos assistido, é exatamente o oposto. As leis consagradas na CRP, têm vindo a ser sistematicamente olvidadas.

Temos que ser nós, Militares das Forças Armadas, o garante dessas Leis, não permitindo que a CRP seja desrespeitada.

Não posso deixar de alertar para o facto de os Militares estarem obrigados a tantos deveres e a tão poucos direitos, estes consagrados na Lei fundamental do País. Mas quando chega a altura de atestar esses direitos, somos *enviados* para uma panóplia de leis que fazem a negação de todas as outras. É dar com uma mão e tirar com a outra, como tão sabiamente diz o povo.

Temos assistido, com a entrada na cena política de uma classe de neoliberais, que a CRP tem se sujeitado aos sucessivos governos, quando deveria ser o contrário. Estes é que se deviam sujeitar à Constituição da República Portuguesa!

A partir do momento em que o Estado passou a ser *mandado* e *comandado* pela doutrina liberal que tem sido posta em causa a sujeição da política à CRP, pois os arautos do liberalismo estão convictos que as leis consagradas na Constituição são um óbice às regras e medidas que os seus apaniguados julgam ser totalmente indispensáveis.

“*«Temos assistido, com a entrada na cena política de uma classe de neoliberais, que a CRP tem se sujeitado aos sucessivos governos, quando deveria ser o contrário. Estes é que se deviam sujeitar à*

Constituição”

Como Militares, temos o dever de defender o princípio de que faz todo o sentido que seja qual for o partido que governe o País, contra as vontades individuais ou grupais, prevaleça a garantia do cumprimento das leis consagradas na CRP bem como a existência de organismos que *vigiem* a Lei fundamental do País.

Vejamos alguns exemplos de como a CRP está a ser

subvertida no que diz respeito aos direitos sociais dos cidadãos.

No Capítulo II - Direitos e Deveres Sociais, no artigo 64º «Saúde» o que vem inscrito na lei fundamental é que todos têm direito à proteção da saúde e o dever de a defender e de a promover e que o direito à proteção na saúde é realizado através de um serviço nacional de saúde universal e geral tendo em conta as condições económicas e sociais dos cidadãos.

No número 3 do mesmo artigo está consubstanciado qual a parte que cabe ao Estado para assegurar o direito à proteção da saúde. E aqui, como noutras matérias não existem dúvidas.

É obrigação do Estado, explanada na CRP, garantir o acesso de todos os cidadãos independentemente da sua condição económica, aos cuidados de saúde.



E o que temos?

Temos que, para se poder aceder aos cuidados básicos de saúde somos sujeitos ao pagamento de uma taxa, chamada de moderadora, que subverte o espírito da Constituição.

Em 2003 foi publicado o decreto-lei 173 de 1 de agosto, que estabelece o universo dos Portugueses com isenção do pagamento de taxas moderadoras e que impõe também ajustamentos ao nível do modo de acesso dos cidadãos aos cuidados de saúde prestados no âmbito do Sistema Nacional de Saúde.

No número 1 do artigo 2º do referido decreto-lei estão especificados os beneficiários da isenção.

Estão isentos as grávidas a trabalhadores por conta de outrem que auferam menos que o salário mínimo nacional entre outros e até, pasme-se crianças até aos 12 anos. Repito, crianças até aos 12 anos, apenas.

Se isto não é uma subversão total e completa da CRP, então alguém com mais sabedoria que eu terá que me dizer qual o limite para se alterar o espírito da Lei fundamental.

Noutra área complementar à saúde, o ensino, a CRP também não deixa qualquer tipo de dúvidas.

No artigo 74º - Ensino, o texto fundamental diz no seu número 1 que todos têm direito ao ensino com garantia do direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar e na alínea a) do número 2 estabelece qual a missão do Estado no que diz respeito à política de ensino ao afirmar que é obrigação do Estado assegurar o ensino básico universal, obrigatório e gratuito.

Mas não é isso que acontece.

Quem tem filhos a frequentar o ensino obrigatório, ou já teve, sabe que isso não passa de letra de forma, ou seja, o Estado nunca cumpre com o preceituado na Constituição, pois são os pais ou encarregados de educação que se substituem ao Estado e suportam a educação dos seus filhos ou educandos durante a frequência no ensino obrigatório, como comprovam os números que dizem que desde 2000 até 2011 a despesa suportada pelos agregados familiares passou de 175 para 441 euros anuais.

Ora, se o ensino obrigatório passar para os 12 anos, como pretende este governo, então e seguindo o preceituado na CRP o Estado tem a obrigação de assegurar o ensino obrigatório gratuito durante os 12 anos.

Para terminar, não queria deixar passar sem referir o que diz o artigo 3º da CRP, que fala de soberania e legalidade.

Diz o artigo 3º:

«1. A soberania, una e indivisível, reside no povo, que a exerce segundo as formas previstas na Constituição.

2. O Estado subordina-se à Constituição e funda-se na legalidade democrática.

3. A validade das leis e dos demais atos do Estado, das regiões autónomas, do poder local e de quaisquer outras entidades públicas depende da sua conformidade com a Constituição.»

Depois de ler atentamente este artigo da CRP coloco as seguintes questões que tanto me atormentam, e penso atormentarem todos os Militares que conhecem os valores da verdade e que sabem que as palavras Soberania Nacional não são palavras vãs e que nos dizem muito.

Camaradas, uma nação sem meios próprios no transporte marítimo, sem aviação comercial e, em breve, sem transporte ferroviário ligado ao transporte de mercadorias;

uma nação dependente do estrangeiro na área dos produtos alimentares;

“É obrigação do Estado, explanada na CRP, garantir o acesso de todos os cidadãos independentemente da sua condição económica, aos cuidados de saúde.”

uma nação em vias de delegar no capital privado o serviço público de rádio e televisão;

uma nação com tais limitações pode ser considerada uma nação totalmente soberana?

Camaradas, temos que fazer ver a quem nos governa e às nossas chefias que as Praças das FFAA's são Homens e Mulheres que não só sabemos cumprir as ordens que nos são transmitidas, como também saberemos discuti-las e ajudar quem legisla a produzir melhores leis.

Não servimos apenas para cumprir ordens!

Também pensamos!

Regemo-nos por princípios e valores que nos dizem muito.

Para terminar deixem que relembre o que diz a CRP quanto ao facto de podermos *discutir* o que nos querem impor.

«Artigo 21º

(Direito de resistência)

Todos têm o direito de resistir a qualquer ordem que ofenda os seus direitos, liberdades e garantias e de repelir pela força qualquer agressão, quando não seja possível recorrer à autoridade pública.»